



Nota à Comunicação Social



12/08/2013

## **TRANSFERÊNCIA DE TRABALHADORES NÃO DOCENTES MAIS UM PASSO PARA A DESTRUIÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA**

A inaceitável pressão que está a ser exercida sobre as direcções das escolas e agrupamentos de escolas da Rede Pública, para que concretizem, em pleno período de férias, o processo de selecção de trabalhadores não docentes, das carreiras de assistente técnico e assistente operacional, considerados a mais pela aplicação da portaria dos rácios, é uma descarada manobra que visa pôr em causa a Escola Pública e empurrar os trabalhadores para a rescisão amigável ou para o despedimento, através da requalificação.

Desde logo, convém realçar que os critérios estabelecidos pela portaria dos rácios não vão ao encontro do funcionamento com qualidade das escolas públicas, já que associados ao processo de fusão de escolas em agrupamentos e mega-agrupamentos, visam somente a redução do número de trabalhadores não docentes por razões economicistas.

Esta questão foi há muito colocada pela Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, exigindo a aprovação de mapas concelhios com as dotações indispensáveis ao normal funcionamento das escolas. Contudo, o Ministério da Educação sempre se recusou a negociar esta proposta e percebe-se porquê!

A generalizada falta de pessoal e o aumento dramático da precarização do emprego nas escolas da Rede Pública, têm sido sistematicamente denunciadas pela nossa Federação, Pelo que constituem de degradação do funcionamento dos estabelecimentos de ensino e do trabalho com direitos.

Por outro lado, é inaceitável que numa altura em que a maioria dos trabalhadores das escolas se encontram a gozar as suas legítimas férias, o Ministério da Educação procure concretizar um processo de selecção de pessoal a deslocar. Trata-se, claramente, de procurar fugir à contestação porque sabe que este não é um processo pacífico para os trabalhadores. Isto revela a fraqueza e cobardia do Governo.

O Governo, através do Ministério da Educação, procura confrontar os trabalhadores com a mobilidade que, muito bem sabe ser impraticável para a grande maioria deles, quer por razões económicas, quer por razões de falta de transporte compatível com os horários de trabalho, para de seguida os empurrar para a rescisão amigável ou para o despedimento colectivo que representa a requalificação.

A Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais exige que o Ministério da Educação pare, de imediato, com este processo e que cumpra o que se comprometeu fazer: negociar a portaria dos rácios, sem pôr em causa a Escola Pública e o direito dos trabalhadores ao emprego.

O Gabinete de Informação  
da FNSTFPS

**Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais**

Rua Rodrigues Sampaio, 138-3º 1150-282 LISBOA  
Telf: 21 317 24 80 Email: [fnstfps@fnstfps.pt](mailto:fnstfps@fnstfps.pt)